



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES ESTADO DE SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO 01/2018.

RETIFICAÇÃO DO ITEM 2.2, TABELA DE CARGOS, PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA.

ONDE SE LÊ:

Emprego	Vagas	Salário Base (R\$)	Carga Horária	Escolaridade e Exigências	Taxa (R\$)
Professor de Educação Básica II – Ed. Física	01	2.236,56	40 h/s	Licenciatura em Educação Física	60,00

AGORA SE LÊ:

Emprego	Vagas	Salário Base (R\$)	Carga Horária	Escolaridade e Exigências	Taxa (R\$)
Professor de Educação Básica II – Ed. Física	01	2.236,56	40 h/s	Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe competente (CREF)	60,00

RETIFICAÇÃO DO ANEXO II – MATÉRIAS PARA O CARGO DE DIRETOR DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E FISCAL TRIBUTÁRIO.

ONDE SE LÊ:

Diretor de Escola de Ensino Fundamental:

1. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – A escola comum inclusiva – Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial – Universidade Federal do Ceará – Autores: Edilene Aparecida Ropoli, Maria Teresa Eglér Mantoan, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos Santos e Rosângela Machado.
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
3. Lei Federal nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
4. Lei Federal nº 12.796/2013 – Altera a Lei nº 9.394/1996.
5. Lei Federal nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
6. Lei Municipal nº 1641/2009 e 1724/2011 – Estatuto do Magistério.
7. Lei Complementar nº 02/2001 – Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino.

Fiscal de Tributos:

- 1 – Direito Constitucional: Artigos 145 a 162.
- 2 – Direito Tributário: 1 O Estado e o poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. 3 Norma tributária. Espécies. Vigência e aplicação. Interpretação e integração. Natureza. 4 Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5 Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. 6 Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. 7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União. Impostos



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES ESTADO DE SÃO PAULO

dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. 9 Dívida ativa e certidões negativas.

3 – Direito Financeiro: 1 Direito financeiro: conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito financeiro. Lei Federal 4.320/64 e Lei Complementar 101/00. 2 Orçamento público. Conceito. Tipos. Orçamento-programa. Princípios orçamentários. 3 Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes orçamentárias. Lei orçamentária anual. Ciclo orçamentário. Processo legislativo. 4 Exercício financeiro. Regime de caixa. Regime de competência. Execução orçamentária. Programação financeira e cronograma de desembolso. Verificação do cumprimento de metas e limitação de empenho. Relatório de execução orçamentária e de gestão fiscal. Falta de orçamento. Entrega de recursos ao Legislativo. 5 Vedações constitucionais. 6 Créditos adicionais: créditos

suplementares, créditos especiais, créditos extraordinários. 7 Despesas públicas. Conceito. Classificação. Princípios. Estágios. Empenho: conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social. 8 Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional. 9 Regime de adiantamento. 10 Precatórios. Conceito. Histórico. Parcelamento do art. 33 do ADCT. Intervenção Federal. Precatório alimentar: Súmula 655 do STF. Emenda Constitucional n. 30: débitos de natureza alimentícia; atualização monetária; requisito de pequeno valor; Emenda constitucional n. 37: vedação de fracionamento. Parcelamento do art. 78 do ADCT. Emenda Constitucional n. 62. Prioridade alimentar. Abatimento de débitos tributários. Compra de imóveis públicos. Atualização monetária. Juros de mora. Cessão de precatórios. Assunção de dívida. Parcelamento do art. 97 do ADCT. Dois sistemas de parcelamento. Resolução 115 do CNJ. Acordos. Sequestro. Decisões do Supremo Tribunal Federal. Precatório na lei de responsabilidade fiscal. 11 Receita Pública. Conceito, classificação, estágios. Renúncia de receita. Fundos especiais. Disponibilidade de caixa. 12 Repartição de receitas tributárias. Conceito. Critérios. Partilha direta e indireta. Retenção. 13 Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional. Limitações impostas pela Lei Complementar 101/00. Operações de crédito. Antecipação de receita. 14 Controle financeiro interno. Controle financeiro externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível.

AGORA SE LÊ:

Diretor de Escola de Ensino Fundamental:

1. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – A escola comum inclusiva – Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial – Universidade Federal do Ceará – Autores: Edilene Aparecida Ropoli, Maria Teresa Eglér Mantoan, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos Santos e Rosângela Machado.
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
3. Lei Federal nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
4. Lei Federal nº 12.796/2013 – Altera a Lei nº 9.394/1996.
5. Lei Federal nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
6. Lei Complementar nº 114/2006 e suas alterações: 133/2008, 146/2010, 148/2010, 152/2011, 170/2013 e 201/2016
7. Lei nº 1894/1997 – Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino.

Fiscal de Tributos:

- 1 – Direito Constitucional: Artigos 145 a 162.
- 2 - Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 87/04, de 28 de dezembro de 2004 e suas alterações)
- 3 - O Estado e o poder de tributar.
- 4 - Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário.
- 5 - Norma tributária. Espécies. Vigência e aplicação. Interpretação e integração. Natureza.
- 6 - Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.
- 7 - Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES ESTADO DE SÃO PAULO

8 - Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva.

9 - Garantias e privilégios do crédito tributário.

10 - Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias.

11 - Dívida ativa e certidões negativas.

12 - Auto de Infração (Multa) e Notificações; conhecimentos sobre regulamentação de horário de comércio; Regulamentação de Comércio Ambulante

AS DEMAIS CLAUSULAS DO EDITAL DE ABERTURA PERMANECEM INALTERADAS.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Guararapes, 09 de Fevereiro de 2018.

Tarek Dargham.
Prefeito Municipal.